

Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: O voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição

Jorge Mattar Villela

I. Introdução

“Em Monte Verde eu bato uma lata e vem uma multidão atrás”. Foi assim que, logo antes de me pedir ajuda para o pleito eleitoral de 2004 que se realizaria dali a alguns dias, o mais importante político de um dos municípios onde faço pesquisa de campo afirmou-me seu poder e sua influência¹. Dr. Ricardo, chamemo-lo assim, duas vezes prefeito, aliado político do ex-governador e um dos principais quadros do extinto PFL, di presidente e do vice quando todos exerciam seus mandatos entre 1994 e 2002. Era, em 2004 o candidato da coligação da oposição municipal. Em 2000 pusera um *candidato laranja*² para perder as eleições no seu lugar. Médico como ele, Dr. Renato, seu opositor na época, mantinha uma rede de alianças no nível estadual da política cujas amizades e inimizades eram reproduzidas em diversos municípios. Para o nosso caso, importa a sua replicação no município vizinho de Monsanto.

Dr. Ricardo concorreu ao cargo de deputado estadual em 2002, abrindo mão dos riscos que assombravam uma derrota real em 2000. Foi derrotado naquele pleito, não obstante seus cálculos. Sua derrota não o enfraqueceu localmente pois em 2004 concorreu como grande favorito para à prefeitura. Sua vitória era tão certa que por pouco as eleições não tiveram candidatura única. Se Ricardo não conseguiu o seu mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco, foi o deputado estadual mais votado em Monte Verde. Cerca de 3.600 votos contra 2.643 do segundo colocado e 84 do terceiro, sobre

¹ Aqui chamados Jordânia, Monte Verde e Monsanto. Os dois últimos situam-se na mesorregião do Sertão de Pernambuco. O primeiro situa-se na mesorregião do São Francisco e na microrregião de Itaparica. Minha pesquisa nestes locais iniciou-se em 1999 e é composta por diversas permanências em campo de lá para cá. Atualmente é mantida por um projeto Jovem Pesquisador financiado pela FAPESP intitulado “Memória: política, família e violência no Sertão de Pernambuco”.

² Todos as palavras e expressões em itálico, salvo as em língua estrangeira, fazem parte da terminologia nativa, ainda que não sejam, em todos os casos, exclusivamente locais. *Laranja* é todo candidato escolhido para perder uma eleição ou que serve para inchar a legenda de um partido ou de uma coligação abrindo, por conta da legislação eleitoral brasileira para eleições proporcionais, mais vagas para os candidatos desta legenda ou desta coligação.

um total de 8950 votos apurados e 8271 votos válidos. E sobre um colégio eleitoral de 12 mil eleitores. Mais de 40 % dos votos válidos. Por outras palavras, Ricardo foi capaz de colecionar votos, de formar um conjunto que é um modo de expressão de sua influência para fora e para dentro do município; para o caso das disputas eleitorais esses são signos de poder. Dr. Ricardo era capaz de juntar para si e, eventualmente, de fornecer votos para os outros.

Pretendo apresentar neste artigo uma breve etnografia das eleições neste pequeno município situado na porção centro-norte do estado de Pernambuco. A breve etnografia que se seguirá pretende conferir inteligibilidade às escolhas eleitorais feitas pelos monteverdenses nas eleições de 2004 concernentes à imprevisível derrota de Dr. Ricardo para um candidato incógnito, neófito na vida política e dado como derrotado a poucos dias da eleição. A tese que sustento, baseada exclusivamente na observação de trabalho de campo e nos atos de palavras locais, é que as forças que derrotaram Dr. Ricardo giraram em torno da mobilização retórica do temor do crescimento de seu poder no município, do ultraje da candidatura de sua mulher como vice-prefeita, da suspeita de sua posterior candidatura para a deputação estadual. Estas opiniões, no entanto, segundo me parece, são efeitos de cristalização secundária de uma rejeição evidenciada por muitos monteverdenses a Dr. Ricardo como político e como *um homem*, uma noção central para as pessoas entre as quais faço pesquisa.

Este artigo pretende-se a sequência de uma série de trabalhos que põe em questão a eficácia da noção de “poder local”, de patronagem e de clientelismo para a compreensão da política partidária e eleitoral no Sertão de Pernambuco.

II. Variações e escolhas

Excluamos o risco da fabricação esquizogênica do tempo (Fabian 1983 : 21). Reconheçamos que os sertanejos não são habitantes atuais estacionados no passado. Eles não são atrasados em relação ao tempo presente, eles não são tradicionais em relação à modernidade ou à contemporaneidade. Suas práticas e reflexões acerca da política são atuais. Sua compreensão do funcionamento e dos fundamentos da democracia não é faltosa em relação a homens e mulheres mais esclarecidos. Se são reconhecíveis práticas clientelistas, pode-se também no Quebec, (Lemieux, 1970). Se há violência física envolvida, o mesmo ocorre em Nova Iorque, (Jankowski, 1991). Se há nepotismo, Abèles descreveu esta modalidade de transferência de cargos na França (2001 e 2002).

Inaceitável será entender que Pernambuco é uma variação, deturpação, culturação, dos ideias de democracia que se realizam efetivamente em outros lugares. Se existe algo como uma “antropologia da democracia” (Paley 2002), ela não se reduzirá à verificação de o quanto os nossos objetos empíricos de estudo se aproximam ou se afastam de um ideal após o encontro das políticas ocidentais e as modernas; nos períodos de redemocratização (Taylor 1993; Schirmer 1998; Aretxaga 2000); pós-socialistas (Bellier 2002 [apud Paley]; Burawoy et al. 1999) ou pós-coloniais (West e Kloeck-Jenson 1999). Fazer antropologia da democracia poderia consistir noutra coisa que não apenas estudar os choques dos sentimentos primordiais com os novos ordenamentos cívicos (Geertz 1963). Será necessário talvez reconhecer que além das variantes indiana (Michelutti 2007) e brasileira só há variações por toda parte, sem que haja, a não ser como um ideal que não realiza em parte alguma (Veyne 1984; e, para os cenários contemporâneos da Europa, Piattoni 2001), um modelo fixo e corruptível à medida em que se afasta dos grande centros fundadores da democracia. Esta postura colonial e idealista me parece incompatível com as tarefas a que a antropologia deve-se impor e vem sendo já há tempos ultrapassada por diversos autores³.

O Sertão de Pernambuco é um destes lugares comumente estigmatizados pelo atraso, pobreza, ignorância e, por consequência, pela incompetência, pela fraude e pela irracionalidade eleitorais. Superar os preconceitos será uma tarefa realizável por meio desta operação que analisa e descreve as linhas pelas quais se montam os emaranhados das ações e das reflexões sertanejas em torno da *política*.

Esclarecido este princípio que norteia a análise, isolemos um ponto a ser levado em conta. Muito se falou ao longo das décadas de 1980 e 1990 de um princípio que se passou a chamar intransitividade do voto, ou da representação⁴. Normalmente, os líderes comunitários, étnicos, de gênero, de classes ou categorias profissionais, segundo este princípio, têm dificuldades de obter, dos seus próprios liderados, votos para tornar-se seus representantes na política eleitoral. Em Monte Verde nos deparamos com uma situação aproximadamente inversa. Ali a maioria dos eleitores aceitava Ricardo como

³ A este respeito, ver diversos livros publicados na coleção “Antropologia da Política”, sobretudo Palmeira e Goldman (1992); Palmeira (1996); Palmeira e Heredia (1993); Bezerra (1998); Goldman (2006). Para a África o destaque, a meu ver, é Gershère (1995); para a Europa, Abelès (2000).

⁴ Para uma reflexão acompanhada da análise descritiva deste fenômeno no ambiente das políticas sindical e partidária ver Palmeira (1996a). Para um estudo de mais fôlego das relações do sindicalismo com a política partidária, ver Comerford (2003). Ali se poderá notar que o problema da intransitividade eleitoral ultrapassa o temor de sindicalistas de perder para os partidos os seus líderes. Trata-se, além disso e talvez mais importante, de uma distinção moral e ética das duas políticas o impeditivo de sindicalistas aceitarem efetuar para si mesmos ou para seus líderes uma tal passagem.

seu representante na Assembleia, mas preferiram afastar dele o mando no executivo municipal. É bem verdade que uma transposição da noção de intransitividade para este caso é problemática porque há obstáculo morais no trânsito entre dois modos de fazer política (a comunitária, profissional, étnica, por um lado, a partidária, por outro). A oposição feita entre ser *um homem* e ser *político* aclara esta oposição moral. Ser *um homem*, nos municípios sertanejos que frequento, significa retidão moral, respeito, vergonha, confiabilidade, palavra. Uma expressão mais ampla, a de “homem de vergonha” hoje é raramente usada. *Um homem*, neste sentido deve, obrigatoriamente, opor-se ao *político*, pois este é a quem lhe faltam todos estes adjetivos. Este último é o que mente, rouba, engana.

Mas é preciso lembrar também, quanto às características dos cargos, que prefeito e deputado estadual cumprem funções diferentes, situam-se em posições diferentes, e a distâncias diferentes do cotidiano municipal. Muitos monteverdenses consideram um deputado estadual uma figura distante no horizonte político, posição oposta à ocupada por um prefeito ou um vereador, homens e mulheres com quem não raro se encontram, a que fazem visitas e pedidos ao longo de seus mandatos. Mas veem nela uma possibilidade de aquisição de recursos importantes para o município e por meio dos votos procuram conquistar sua confiança, simpatia e gratidão.

Ora, como os votos, as eleições, a *política*, nos diversos sentidos que essa palavra assume sob estas circunstâncias de pesquisa⁵, são sempre pontos sobre os quais percorre um número variável, diverso e imprevisível de linhas, cujo cruzamento respeita igualmente um princípio de indeterminação. Para as circunstâncias específicas de Monte Verde, uma dessas linhas é a política de Monsanto. Município vizinho, 500m abaixo e 35 km de distância de Monte Verde, Monsanto constrói quadros políticos de alcance estadual e federal⁶. Seus comerciantes e empresários formam um centro comercial que é o *pólo* da região. Os melhores serviços públicos são obtidos lá. Finalmente, está lá o maior colégio eleitoral do Vale do Pajeú, assim como a maior receita: são 35 mil eleitores, 70 mil habitantes e receita orçamentária em 2006 de R\$ 39 milhões, contra 12 mil, 15 mil e R\$ 11 milhões de Monte Verde, respectivamente. Lá travam-se duelos de

⁵ P.ex., os sentidos substantivados: eleições, campanha eleitoral, agrupamento político (coligação, partido, facção), família (nos casos em que um sobrenome está diretamente ligado a um agrupamento político que se mantém no tempo) ou um programa de governo. Ou, p.ex., os sentidos adjetivados: política como um jogo sujo, como ausência de ocupação e vocação para o trabalho, como roubo e corrupção. Estes sentidos também aparecem sob a forma verbal “fazer política”.

⁶ Nas eleições de 2010, além de um deputado federal, Monsanto fez dois deputados estaduais, com a possibilidade de um terceiro (que ocupa a posição de primeira suplência).

dimensões que Monte Verde só pode atingir indiretamente. Se Monsanto tem dois deputados estaduais e um federal há várias legislaturas, Monte Verde, queixam-se os próprios habitantes, não consegue sequer uma suplência para representá-los na Assembleia Legislativa. Seu candidato, sabemos já, seria Dr. Ricardo, conquanto uma parte substancial dos votos dirigiu-se precisamente ao candidato a deputado estadual seguidamente eleito, montantense, aliado político em Monte Verde de Renato, médico que derrotou o *candidato laranja* de Ricardo em 2000. Renato alinhava-se no agrupamento político adversário, no plano regional e estadual, do agrupamento onde se inclui Dr. Ricardo. Dr. Renato era em 2000 o principal esteio da resistência que a população de Monte Verde impunha a Ricardo. Uma resistência ancorada, diziam muitos, na desconfiança, na rejeição e no temor. É bem verdade que, quatro anos mais tarde, nas eleições de 2004, essa oposição começa a esmaecer e um lento deslizamento políticos fará com que Renato aproxime-se de Ricardo; um movimento revivalista e transgeracional da antiga aliança que fez de Ricardo pela primeira vez prefeito de Monte Verde, como veremos adiante.

A tomar como base os resultados das urnas nas eleições estaduais e municipais, a intransitividade eleitoral inverte-se em relação ao modelo geral. Será desejável tornar Ricardo representante de Monte Verde na Assembleia Legislativa, mas não governante municipal. Será ainda conveniente incorporar um outro elemento a essa cartografia eleitoral: o das alianças entre políticos, nem sempre justapostas às partidárias. Embora haja uma legislação acerca das coligações, as alianças sob certas circunstâncias são coextensivas às amizades e aos laços de parentesco e às estratégias pessoais e dos “grupos políticos”. Sob outras circunstâncias, é preciso inverter a proposição e constatar que a política funda amizades e parentesco (Villela 2009). Conquanto a política seja fluida a ponto de provocar desconforto nos envolvidos muito diretamente e, portanto, agentes de fluidez, convém também lembrar que, no momento válido para esta análise, Ricardo era aliado político de Alencar, o principal político da região, também médico, deputado federal há vários mandatos e um dos principais quadros do extinto PFL. O vencedor das eleições de 2000, Dr. Renato, também médico, aliou-se aos adversários municipais de Alencar, fazendo, portanto, oposição a Ricardo em Monte Verde. Aliança tecida a despeito das urdiduras já existentes entre seu pai e Dr. Ricardo. Esse jogo fluido do qual esta situação é um instantâneo (no sentido fotográfico da palavra), influi nas motivações dos eleitores e é bem sabido que as alianças são tecidas com este objetivo, o de arregimentar para as coligações bons colecionadores de votos.

Mas para eleger-se deputado estadual um candidato deve ser votado em diversos municípios e não em apenas um. Por exemplo, Ricardo obteve expressiva votação em Monte Verde e teve de conforma-se com uma suplência na Assembleia Legislativa. Porque, formalmente, os deputados não são escolhidos por voto distrital. As funções representativas dos deputados, sejam eles estaduais ou federais, concernem à representação do povo do estado ou do Brasil, sem referência a esta ou àquela parcela territorial, de classe ou categoria profissional. Não obstante, como em qualquer outra parte do país, esta representação é concebida e vivida como distrital: vota-se no candidato que promete “fazer qualquer coisa por nós, aqui de Monte Verde”, para usar a expressão local, ou naquele que trabalha pela região, pela comunidade, pelo grupo, pela classe ou categoria profissional. Atitude que é efeito dos profundos conhecimentos que os monteverdenses têm da democracia eleitoral e de seus métodos de funcionamento, embora geralmente desconheçam, como a maioria dos demais brasileiros, a legislação.

Deste modo, as teorias e as práticas políticas locais preveem ao mesmo tempo a dissociação e a indissociabilidade dos níveis municipais e extramunicipais da política eleitoral e da democracia representativa. Os deputados são políticos distantes e, por isso, necessitam deste aspecto distrital do voto para almejarem sua eleição. O aspecto distrital é conseguido por meio da ação dos políticos de nível municipal (vereadores e prefeito) ou submunicipal (lideranças de sítiantes, chefes de família, comerciantes influentes, titulares de cargos públicos. A lista é virtualmente infinita). São essas forças políticas locais as que traçam o hífen que une política municipal e extramunicipal, que tornam atraentes para os eleitores os candidatos a deputados, que transformam as eleições para deputados em voto distrital⁷.

Portanto, é um emaranhado de linhas a ser levados em conta quando se trata de escolher candidatos. Legislação eleitoral, funcionamento da democracia e das eleições, são apenas alguns aspectos considerados ao se *calcular* (refletir, especular, adivinhar) a quem se vai entregar o voto (ou os votos, em caso de eleitores de “votos múltiplos”⁸), segundo um saber que se constitui desde há mais de 150 anos de eleições, com alguns pequenos interregnos. E o mesmo deverá valer para os candidatos (Villela 2005; Villela e Marques 2006). A intransitividade ou transitividade da representação política não se desvincula deste feltro e elementos intrínsecos uns aos outros.

⁷ Será preciso que se construa ainda uma reflexão e se elabore uma etnografia acerca deste aspecto do voto distrital no Brasil já que ele não careceu de uma reforma política para realizar sua existência.

⁸ Segundo a noção forjada por Palmeira (1992). Como se pode verificar facilmente em trabalho de campo, não há propriamente voto individual porque cada um dos eleitores é já um pool de votos.

Nos próximos tópicos tentarei mostrar brevemente o funcionamento geral da política eleitoral em Monte Verde e uma história parcial de Dr. Ricardo. Pretendo também levar adiante uma reflexão conjugada do declínio eleitoral de Ricardo às motivações dos eleitores monteverdenses e ao problema da noção de poder local.

III. Monte Verde e sua *Política*

Monte Verde é um município relativamente pequeno em população, arrecadação e área. Situado na mesorregião do Sertão e na microrregião do vale do Pajeú, no estado de Pernambuco, a cerca de 500km de Recife. Além das atividades econômicas já referidas, há cerca de 10 anos as políticas municipais tentam incrementar a atração de turistas regionais e estaduais por conta do clima frio no inverno e das cachoeiras em épocas de chuvas. Este esforço foi recompensado há três anos quando da inauguração de uma colônia de férias de uma importante e numerosa associação de uma categoria profissional e, anteriormente, com a introdução de uma festa local no calendário das celebrações estaduais de inverno.

A política municipal, por sua vez, funciona por meio de algumas instituições: a prefeitura e seus cargos *permanentes*, ocupados por funcionários públicos *concurados* e os cargos *comissionados* ou de *confiança*, distribuídos pelo prefeito e por sua equipe mais próxima, geralmente formada pelos que compuseram o primeiro esquadrão da comissão eleitoral que ajudou a elegê-lo. Mas funciona também através da Câmara dos Vereadores, de seus respectivos assessores e funcionários. Em Monte Verde a Câmara é composta por 9 vereadores que se encontram a cada 15 dias para legislar e fiscalizar as contas da prefeitura. Como acontece com os deputados, os vereadores são representantes do povo de seu município e não deste ou daquele grupo territorial, de classe ou categoria profissional.

Assim reza a legislação, mas não é assim que se vive e concebe o voto. Em outros lugares (Villela 2005 e 2008; Villela e Marques 2006) descrevi a diversidade das modalidades de votos no sertão de Pernambuco. Aqui bastará dizer que em Monte Verde, sem que isso seja especificidade do lugar, da região, do país onde se situa e nem que qualquer unidade de análise (latino-americana, ibérica, mediterrânea etc.), política e eleições conclamam produção e circulação de recursos. É preciso que se dê e se faça coisas para se dar. Dá-se recursos-votos de um lado, oferecem-se recursos diversos, de outros. Circulam promessas, e esperanças, empenham-se palavras, criam-se expectativas.

Toda uma etiqueta eleitoral entra em jogo quando se trata de adquirir, conquistar, apropriar-se de todos estes arsenais de recursos. Antes de tudo, necessidade primordial, é preciso seduzir, conquistar: os eleitores os seus candidatos, os candidatos os seus eleitores. É preciso criatividade para produzir recursos e isso não tem limite. Portanto, será preciso questionar muitas das teses que enfatizam a relação patrão/cliente com base da apropriação ou no monopólio de recursos. Porque, enfim, não é possível a apropriação e nem muito menos o monopólio do ilimitado (cf. Villela e Marques 2006).

IV. Ascensão e declínio: esconjurar o terror

Ao chegar para minha primeira estada em campo, em meados 1999, o grupo político de Ricardo reinava soberano em Monte Verde. Gabavam-se por serem os únicos aliados do governador, do presidente da República, do deputado federal líder do PFL, ex-presidente do congresso nacional. Meu campo acabou em fevereiro de 2000, sete meses antes das eleições municipais, aquelas em que Ricardo abdicou da candidatura em nome de voos mais altos na política estadual. Entregou, praticamente, a *política* monteverdense a outro médico, Renato, filho de um ex-prefeito, o mesmo que havia ajudado Ricardo na sua primeira candidatura. 80% dos votos, foi o que obteve dr. Renato, seu adversário.

Uma versão parcial e lacunar da história da ascensão política de Ricardo relatada diretamente por dois amigos e ouvida de modo esparso e em conversas involuntárias no cotidiano conta o seguinte: Ricardo retorna a Monte Verde como médico recém formado, sem tradição política no município. Constrói sua carreira política atendendo gratuitamente “o povo pobre”, com quem “tomava cachaça” e se misturava, a despeito da diferença hierárquica que o separava deles. Dois aspectos considerados vantajosos para a carreira política: a profissão de médico porque auxilia as pessoas nos momentos em que elas mais precisam, em que elas são mais frágeis e em que dívidas morais são mais facilmente contraídas. Esta posição hierarquicamente superior de médico (o segundo aspecto) associa-se bem, quando gerenciada com adequação, à posição igualitária de quem toma cachaça com *o povo*. Ignorar em certos casos a sua posição superior corresponde bem à tábua de valores locais sertanejos. Finalmente, um lapso na percepção das pessoas já estabelecidas na política municipal, associada à aliança que Ricardo entabula com o pai de Renato (um ex-prefeito desde há décadas um dos maiores cabos eleitorais de Monte Verde e que, há quem sustente, perdeu apenas uma eleição

desde que se tornou *político* há cerca de 25 anos) permitiram que ele se candidatasse e se tornasse prefeito em 1988. A partir daí sua força política ampliou-se localmente, mas também nos níveis regional e estadual, possibilitando as alianças ostentadas no ano de 1999, quando cheguei em campo pela primeira vez e em 2000, nas primeiras eleições que pude acompanhar ali. Neste ano, lembremos, Ricardo abdicou da candidatura em nome de vãos mais altos na política estadual.

Em 2004 Dr. Ricardo, fortalecido pelos votos obtidos em Monte Verde como candidato a deputado estadual, embora enfraquecido pelo fracasso na obtenção do cargo, volta como candidato a prefeito, retomando a aliança com o pai de Renato, o médico que derrotara o seu candidato há quatro anos. Cheguei a campo no início de setembro e percebi a derrota no ânimo de seus adversários, grupo que me acolheu como colaborador local de minha pesquisa. Enxerguei a vitória de Ricardo nos atos e nas palavras da população. A um mês do pleito, não havia quem acreditasse em derrota de Ricardo, inclusive os seus adversários. É raro ouvir candidatos reconhecerem tão precocemente o êxito de seu oponente, pois nesta *época da política* tornam-se crédulos em suas capacidades eleitorais. Mas naquele mês de setembro, todos, com uma única exceção, o candidato a vice-prefeito, já pareciam assistir a posse de Ricardo. E isso por alguns motivos que passo a expor, todos eles enunciados locais:

1. Ricardo era a esperança do município para a obtenção de recursos;
2. Não havia, a rigor, um candidato que lhe fizesse oposição;
3. Ricardo era considerado, em muitos meios, um homem violento, promovendo temor nos adversários e em seus eleitores;
4. Ricardo era um homem de grande êxito financeiro e podia, por isso, “comprar os votos dos eleitores vendidos”;
5. Dizia-se que em 2004 votar em Ricardo ou em seus adversários, nestas eleições era a mesma coisa. Tratava-se, segundo a teoria política local, de eleições não-concorrenciais. Os candidatos eram primos, oriundos do mesmo sítio, e faziam decerto um acordo após o pleito. O atual prefeito, Renato, apoiava o adversário de Ricardo, ao passo que seu pai estava com Ricardo. Era tudo, dizia-se, uma farsa. Farsa que virou motivo de diversas piadas e trocadilhos que se expressavam nas respostas dos eleitores quando perguntados em quem iam votar⁹.

⁹ Como Ricardo e seu opositor eram primos segundos e tinham o mesmo sobrenome Bezerra e a primeira sílaba dos nomes dos vices (Tina e Tiago) era a mesma formara-se uma palavra que respondia ambigualmente a pergunta “em quem vai votar?”: “voto é Bezeti”. Esse era o modo de ridicularizar uma

Enfim, a vitória era certa. E, não obstante, Ricardo perdeu. Por pouco, mas perdeu. Por que Ricardo perdeu esta eleição? Antes de a teoria política e a política dos eleitores monteverdenses responder a esta pergunta, me permitirei um desvio.

A população de Monte Verde, um par de décadas atrás, conheceu o terror. Um homem rico, um *valentão*, apoderou-se do município, de seus recursos, da vontade, da vida e da morte de seus homens e de suas mulheres. Dizia-se, até logo depois de minha primeira chegada a campo, que seu fantasma ainda circundava o açude que adorna o centro da cidade, que um bezerro nascera com a sua cabeça, que sua influência negativa levava à morte duas de suas filhas. Seu corpo, no dia do velório, além de ter sangrado, aumentou de tamanho obrigando a troca de caixões, segundo variadas versões, entre 3 e 8 vezes. Monte Verde foi assombrado por este espírito, antes e depois do seu assassinato brutal, ocorrido em sua própria casa, pelas mãos de um homem de outro município, conhecido desde então como “o salvador da pátria”. Este era um período anterior ao inaugurado pela fase Dr. Ricardo. Outros políticos, outras famílias, outras alianças. Um período que de certa forma o *valentão* ajudou a encerrar quando, um dia, entrou no sindicato dos trabalhadores rurais e, diante de sua então secretária, abateu a tiros de espingarda 12, uma das mais importantes lideranças políticas da época.

O dia da morte do *valentão* diz muito a respeito das suas relações com o grosso da população. Enquanto lutava pela vida no pequeno hospital municipal, a praça se enchia de gente na expectativa de vê-lo morto. Ao seu alçófolo pôs-se o apelido de Sassá Mutema, um personagem de uma telenovela chamada o “Salvador da Pátria”¹⁰.

Segundo diversas pessoas, um certo nível de comunicação involuntária não verbal, um certo rumor e a segunda derrota consecutiva de Ricardo me pareciam expressar o desejo de rejeitar uma época de terror experimentada tão vivamente num passado recente e, sustentavam alguns, nos mandatos anteriores de Dr. Ricardo na prefeitura. As formulações explícitas discursivas eram variáveis e podiam ser diretas: “a gente não pode deixar essa gente tomar Monte Verde de conta”; “se o povo deixar depois ninguém segura mais eles”; “é um homem violento, tem muito pistoleiro perigoso que faz o que ele manda”. As campanhas eleitorais ao mesmo tempo em que formalizavam um sentimento difuso de apreensão eram capazes de sobrecodificá-lo, literalizá-lo e

eleição que parecia não-concorrencial pela proximidade familiar dos opositores e pelo fato de que o prefeito Renato apoiava um candidato e seu pai, o outro. Para mais detalhes ver em Villela (2008).

¹⁰ Para uma descrição analítica das relações deste valentão com a população monteverdense, Marques (2002).

simultaneamente torná-lo apenas alusivo em seus slogans: “a coligação da paz”; “por uma política da paz”; “uma política da humildade”.

V. Os Votos

Por outro lado, o rumor público pode assumir uma faceta paradoxal, a forma de um oxímoro: o clamor silencioso. Ao contrário do que acontece em outros municípios de que tenho notícias ou nos quais faço pesquisa, a *política* em Monte Verde é silenciosa. Ou, como se prefere ali, “o povo daqui é calado”. Não declara, a não ser secretamente, o seu voto. Nos demais municípios, há uma de petição de compromisso entre candidatos e eleitores. As preferências são expostas. Estampam nas portas de suas casas, nos vidros de seus carros, nas suas roupas, as fotos e os números dos políticos com quem estão *comprometidos*, a quem prometeram seus votos¹¹. Dos que recusam esta exposição suspeita-se de se terem engajado com o lado contrário, a despeito de qual seja. Ou são suspeitos de *falsidade*, quer dizer, de prometerem os votos a diversos candidatos; uma estratégia eleitoral moralmente condenada, embora frequentemente empregada. Assim como os eleitores qualificam como *falsos* e *mentirosos* os candidatos por conta das promessas que jamais cumprem, os candidatos fazem o mesmo com os eleitores (Villela 2005). E cada um deles cria para si meios de lidar com o problema, cada um deles tem um tempo específico para enunciar falsas promessas.

Em Monte Verde, sobretudo na zona urbana e na zona rural de altitude – porque o município tem o seu próprio *sertão* onde o comportamento eleitoral assemelha-se ao dos *sertanejos* dos outros municípios – a preferência é a do silêncio insondável. Os carros de som escasseiam, os comícios são improváveis. Não há fotos de candidatos nas portas das casas, adesivos nos carros, bandeiras nas velhas antenas de TV ora sem uso, substituídas pelas parabólicas e satelitárias.

As razões deste silêncio, segundo meus colaboradores locais de pesquisa, são várias percorrem um espectro vasto do cotidiano e excedem em muito os limites deste texto (a esse respeito, Villela 2008). Basta, contudo, mencionar um que, muito grosseiramente, esquematiza todos os outros: “a gente não quer desgostar ninguém”. Frase que tem vários sentidos, entre eles o de evitar antipatias com pessoas que lhes podem prejudicar no futuro. Não se faz, em Monte Verde, oposição aberta a ninguém

¹¹ A esse respeito, também, Palmeira (1992). Para um trabalho recente de objeto empírico original, Ribeiro (2010)

porque é considerado imprudente e não polido. Não é prudente queimar as pontes que se cruzou. Não declarar o voto, desde que isso seja uma possibilidade real – ou declará-lo apenas se esse ato de palavra produzir efeitos, se ele for capaz de fazer ou trazer recursos tangíveis ou intangíveis – é uma dessas políticas de eleitor de que os montevidenses não abrem mão. Mas, igualmente importante, a postura demonstra também falta de polidez, de educação, de retidão moral.

O segredo é simultaneamente uma etiqueta¹², uma delicadeza e uma peça de resistência que fazem do voto um insuspeito meio de empoderamento, uma arma de luta, das populações sertanejas. Pois, neste caso específico de Ricardo, o silêncio é, segundo as reflexões locais, um meio pelo qual se evita a pressão pelo medo, pela descarga da violência dos seus supostos *pistoleiros*, pela sua força econômica, por sua ação política. Será preciso saber calar para, em momentos de necessidade, ser capaz de afirmar o apoio político, ainda que ele nunca tenha ocorrido.

Os sertanejos em cujas vidas essa etnografia se baseia, e uma grossa fatia da população brasileira, raramente para aprimorar as suas leis, em nome da justiça social, em nome da representação. Seu conhecimento cotidiano e amadurecido da democracia representativa os faz agir de outro modo. Pedir ao político é conduta adequada a fim de garantir e prolongar a eficiência de sua condição de cidadãos. Eles sabem disso e produzem enunciados muito claros a esse respeito, assim como formulam táticas locais e estratégias de longo prazo visando este objetivo. Mas sabem que segundo a moral vigente não se deve pedir nada a um político a quem não se deu apoio no momento apropriado. Inversamente, qualquer candidato sabe que não deve bater à porta de um eleitor para quem nada fez “ao longo dos quatro anos” de mandato. Nestes casos está sujeito, na melhor das hipóteses, a receber uma falsa promessa de voto. O voto, para os montevidenses e para muitos dos *sertanejos*, é um instrumento de poder, muito antes de ser um instrumento econômico ou uma mercadoria que se vende e que se compra. O que não exclui que o voto encarne-se aqui e ali, e apesar das condenações morais, em instrumento econômico e em mercadoria.

Bastará aqui reproduzir um dos inúmeros episódios que testemunhei em campo para que se compreenda como o voto é reconhecido como um instrumento de poder: nas noites de futebol de salão de que eu participava havia sempre mais jogadores do que vagas. Era necessário, portanto, montar mais de dois times. O que exigia que alguns dos

¹² A ideia de uma etiqueta política para o voto no lugar do interesse na representação devo-a a Marques (2002) que a desenvolveu a partir de sua reflexão acerca das vinganças de sangue existentes na região.

presentes esperassem para jogar na segunda ou na terceira partida. Uma espera que desagradava os ansiosos pretendentes. Havia que decidir quem jogaria primeiro e quem ficaria provisoriamente de fora. Deste *treino*, como se chamava ali a atividade, eram participantes contumazes três vereadores, sendo um deles o presidente da câmara e um outro o segundo vereador mais votado do município. A este último foi pedido que organizasse a confusão que a disputa já ameaçava tornar-se. “Evangelista – chamemo-lo assim aqui –, organiza aí”. Ele, do alto da autoridade de seu posto eletivo e da legitimidade que seus votos lhe conferiam, respondeu: “organiza você, eu sou político”.

Essa recusa ressoa no tom de súplica com o qual a prefeitura se dirigia aos cidadãos para que cumprissem alguma nova lei aprovada pela câmara. Pois, assim como Evangelista, não querendo *desgostar* ninguém, as autoridades municipais preferem dar um passo atrás na aplicação de medidas, na seleção de atitudes que devem e que não devem ser tomada pelos habitantes. A tudo isso, é claro, acrescenta-se o fato de que em Monte Verde os *insultos* podem ser considerados danos morais (*desmoralização*) cuja compensação exigida é o sangue. Portanto, entrar numa disputa qualquer – desde pretender impedir que alguém jogue futebol no momento em que considera adequado até proibir, por exemplo, que se pesque no açude – pode ter um desenlace imprevisível.

A observação dessa situação comezinha acompanhada da permanência em campo parece-me esclarecer algumas coisas e, se não esclarecem por si sós, valerá sublinhá-las:

1. As eleições bianuais fazem da atividade política uma etiqueta, muito mais do que uma representação, muito mais do que simples opressão, mentira ou mercantilização. É por meio desta etiqueta, cuidadosamente agida e refletida pelos políticos, por um lado, pelos eleitores, por outro, que os votos são obtidos por uns e concedidos por outros, porque;

2. Uns e outros sabem que os eleitores, conforme escreveu um aluno de uma faculdade local numa redação, “são como galinhas chocas”, quer dizer, necessitam de cuidado, de carinho e atenção. Pois, do contrário, se *desgostam* e param de votar, afinal;

3. Já se sabe desde há muito tempo que “ninguém é dono do voto de ninguém”, embora, por outro lado, saiba-se que é sempre possível apropriar-se dos votos dos outros, colecioná-los, arrebanhá-los. É nisso, evidentemente, que consiste a tarefa dos candidatos, é essa a sua luta, nisso consiste a sua arte, para isso necessitam constituir uma etiqueta, já que;

4. Do contrário saberão que serão excluídos do horizonte das opções dos eleitores que se julgarem ofendidos, contrariados, preteridos por aqueles porque, afinal, sabe-se que é o voto o instrumento que submete os políticos ao *povo*. Não custa lembrar uma das fórmulas locais: “quando o povo não quer não tem bom”;

5. Pois, enfim, o caso de Ricardo é esse: mesmo a despeito e em detrimento dos interesses e das aspirações de Monte Verde com o mundo extramunicipal (externo desde o ponto de vista territorial, conquanto absolutamente interno do ponto de vista das ligações, das inimizades e das alianças), prefere-se votar contra o grande político no município precisamente porque ele é, já, uma ameaça ao *povo* que, se permitir a atualização desta virtualidade, se verá ameaçado pelo terror que um dia assombrou Monte Verde.

VI. Conclusão

Estas reflexões permitem pôr em questão algumas teorias gerais que, senão monocórdias, são decerto dominantes nos discursos de alguns cientistas sociais que se debruçam sobre o tema da política brasileira a despeito de todos os esforços daqueles que há mais de 15 anos etnografam a democracia no Brasil¹³. O poder local, se existe, é apenas uma tensão, uma virtualidade que aguarda as condições de possibilidade para se atualizar. Ele é, portanto, um tipo de “virtual-real” e não uma coisa, uma matéria, uma substância ou uma necessidade. Os eleitores hoje – e como minha pesquisa remonta a 120 anos atrás posso dizer que isso ocorria antes também – dispõem de algumas armas, uma espécie de voto contra-estado¹⁴, um mecanismo coletivo de inibição. Neste caso específico, de inibição da reparação do terror, agora sob sua face político-eleitoral, não menos econômica do que a outra era política, atende pelo nome de Dr. Ricardo. E se os eleitores são capazes de racionalizar a força de seu voto apenas nas proximidades das eleições – “quando o povo quer não tem bom”, “quem manda é o povo”, “hoje ninguém

¹³ Refiro-me, outra vez, aos que fizeram parte e publicaram trabalhos no âmbito do Núcleo de Antropologia da Política.

¹⁴ A expressão contra-Estado, para este trabalho, não coincide exatamente com o que Abensour (2004) chamou, a partir de Marx, “democracia contra o Estado”. Tampouco é o mesmo que Clastres (1974) chamou de “sociedade contra o Estado”. Embora não a se tivesse formulado sem as reflexões deste último, a noção de “contra-Estado” (assim como a de Estado) que emprego aqui diz respeito àquela usada por Deleuze e Guattari (1980). Ricardo, como Estado e *povo*, como contra-Estado, portanto, são coexistentes, conforme enfatizam Deleuze e Guattari (1980 : 446) e não independentes ou excludentes. Para uma reflexão mais detida sobre a noção de *povo* no Sertão de Pernambuco, ver Villela (2004). Valeria verificar, ainda, como o em Foucault (2004), a noção de “povo” se opõe à de população com o que escaparia aos poderes administrativos da biopolítica.

é dono do voto de ninguém” – os políticos sabem que suas carreiras dependem de uma conduta que deve ser minuciosamente cuidada, que sua trilha é perigosa, pedregosa e estreita. Sabem que cada voto deve ser construído “durante os quatro anos” pois, do contrário, estarão entregues nas mãos de eleitores que são *mentirosos, falsos e sebosos*. Por outras palavras, eleitores que podem ser comprados, que estão à venda, que prometem, mas o fazem já com a mentira nos lábios. Os candidatos estarão, portanto, entregues ao voto mercantilizado, desterritorializado das relações doravante independentes da etiqueta eleitoral (Villela 2005).

Procurei neste artigo, por meio de uma descrição analítica da concorrência de um político em eleições num município do sertão de Pernambuco, apresentar uma estratégia política dos seus eleitores. O trabalho intensivo de campo permite torcer alguns pressupostos das Ciências Sociais quando se tratam de eleições em locais ou em países cujas democracias são consideradas jovens no cenário mundial. Inexperiência, imaturidade, irracionalidade dos eleitores, falta de critério, despolitização, mercantilização dos votos, foram algumas acusações de que os eleitores brasileiros em geral, sobretudo os nordestinos ou pertencentes às baixas camadas socioeconômicas foram alvo (Palmeira e Goldman 1992). Uma frase poderia subsumir todas as demais, ela foi o modo como o senso comum traduziu as análises da Sociologia e da Ciência Política: “brasileiro não sabe votar”.

Não bastará dizer que a democracia brasileira não é jovem. Ela é descontínua, como é o caso da maior parte das democracias europeias. Seu último retorno é relativamente recente. Os votos no Sertão de Pernambuco não são o fruto do engano, da mentira, da mercantilização, da fraude e da violência. Se todos estes aspectos estão envolvidos, eles não explicam o modo como se ganha ou se perde uma eleição. Porque, afinal, mentira, fraude, violência, entram em jogo, quando entram, como armas de candidatos e de eleitores.

Minha experiência de campo aponta simultaneamente para três caminhos: um deles é o da “irredução”, para usar os termos de Latour empregados por Stengers (2002 :27), quer dizer, a inadequação das explicações baseadas em determinantes. Há muito o que considerar quando se fala em votos, além de eles serem comprados, de serem fruto do engano, da mentira e da opressão. Será preciso soberba suficiente para imaginar-se que “nós” enxergamos a verdade sob o engano e a fraude de que “eles” são suas vítimas. Será preciso presunção missionária em excesso para acreditar-se que “eles” vendem seus votos porque não compreendem a sua importância.

Procurei mostrar ainda igualmente que, para assumir os termos do enunciado de amplo alcance de Piattoni (2001), os eleitores não esperam de seus candidatos que implementem programas políticos que melhorem a vida de toda a sociedade. Eles solicitam, quando muito, as que elevem especificamente aquilo que lhe é muito próximo. Uma opção que também é apresentada claramente na etnografia de Gay (2001), na Vila Brasil. Portanto, para ambos os autores o problema da democracia representativa deve enfrentar constantemente as insinuações do particular em meio a seus ideais universalistas.

O particular, sabe-se bem, é o alvo de todas as críticas, abertas ou veladas, das análises que assumiram as relações patrão/cliente desde a década de 1960 até o presente, a despeito de todas as modificações de abordagem sofridas em todas estas décadas (cf. Roniger, 2004). Sejam as abordagens conservadoras como as de Gross (1973) ou inovadoras com as de Greenfield e Cavalcante (2006), a crítica das práticas particularistas que sombreiam a luminosidade dos ideais universalistas (uma das recente exceções para os estudos no Brasil é Ansell, 2010).

No que toca de perto os dados de minha pesquisa, as noções gêmeas de poder local e patronagem (e as correlativas de voto de cabresto e curral eleitoral) têm de enfrentar o problema do determinismo da motivação eleitoral, delimitada pelas ordens de um patrão, o representante do poder local que encurrala e encabresta os eleitores. Meus dados, por seu turno, mostram motivações irreduzíveis e não passíveis de univocidade¹⁵.

Em segundo lugar, esta breve etnografia aponta para a agência dos eleitores. Os sertanejos não são meros pacientes da ação e da exploração dos políticos. Embora exploração, mentira, fraude e violência sejam componentes da política sertaneja (assim como o são em muitas outras partes do mundo), este artigo pretende mostrar uma das estratégias usadas, as políticas de eleitores para retirar diversas mais-valias do modo como avaliam o funcionamento da democracia. Os eleitores sertanejos são tão agentes quanto pacientes dos processo eleitoral e o constituem como terreno de luta, campo de batalha, território de conflitos (Marques e al. 2007). Afinal, as eleições não entendidas ali como um processo e sim como um confronto ou como um *jogo*, uma aposta.

Terceira perspectiva apontada neste trabalho: não há despolitização nem apolitismo em proveito da mercantilização do voto ou das eleições, em nome de

¹⁵ Será preciso um dia verificar o quanto as noções de poder local, voto de cabresto e curral eleitoral dependem das imagens (fundantes para o pensamento político brasileiro) da família patriarcal, e da parentela, do patrimonialismo e do coronelismo (que lhes são coextensivas). Será preciso verificar o motivo pelo qual tantas análises político-eleitorais fizeram-se reféns destas imagens.

satisfações materiais e de prazeres em troca da liberdade (Veyne 1976 : 93-98¹⁶). Admitir-lo seria dobrar-se a um vício nocional que nos obriga a submeter o político ao econômico hegeliano e transformar a comunidade política numa “sociedade civil burguesa” (Hegel 1975). Minha experiência etnográfica aponta, antes, para o combate entre eleitores e candidatos e para os meios que se mobilizam de lado a lado para enfrentar o desafio da vida cotidiana na qual se encontra um dos fatores centrais a política eleitoral. E como são apenas posições transitórias (Goldman 2006; Villela 2005), pois eleitores e políticos flutuam de uma a outra condição, ambos precisam encontrar as armas necessárias para obter com os recursos que dispõem aqueles que almejam (Villela e Marques 2002).

Os monteverdenses preferiram evitar a vitória eleitoral de seu principal político, talvez o único, sugeriam muitos, capaz de melhorar a situação geral do município. Mas, ainda segundo o saber político de muitos deles, este benefício poderia torná-los reféns deste mesmo poder.

O *povo* é uma noção constantemente mobilizada na época de eleições e cujo significado evoca a liberdade e a independência (“quando o povo quer, não tem bom”). As relações de forças que ameaçam se estabelecer são vistas como um modo de extrair do *povo* a sua capacidade de decisão, de eliminar de uma vez por todas qualquer possibilidade de disputa, de conflito e de luta, como, enfim, a ameaça de cristalizar as forças em disputa e provocar um desequilíbrio irreversível. De criar um poder que atraia. Tende para si todas as armas e neutralize as dos demais. Por isso é necessário impedir a sua vitória e impingir-lhe todas as derrotas possíveis.

Neste sentido, enfim, pretendi mostrar um aspecto das eleições numa pequena cidade numa das regiões mais pobres do Brasil, mas que, segundo dados de eleições em outros municípios, como a própria Monsanto, não são uma exceção: o modo como se montam estratégias e táticas em meio a modalidades de dominação, como os da democracia contemporânea, e que faz do voto uma insuspeita arma de luta.

Jorge Mattar Villela

Departamento de Ciências Sociais e

PPGAS/UFSCar

¹⁶ Para uma descrição das circunstâncias empíricas no Brasil do fim do século XX, Gay (2001)

Referências bibliográficas

- ABÉLÈS, Marc 2001. *Un Ethnologue à l'Assemblée*. Paris: Odile Jacob.
- _____. 2002. "Avoir du Pouvoir Politique". In: *Jeux de Familles*, Ed. Martine Segalen. Paris: CNRS Editions.
- ABENSOUR, Miguel 2004. *La Démocratie contre l'État. Marx et le moment machiavélien*. Paris: Felin.
- ANSELL, Aaron 2010. "Auctioning Patronage in Northeast Brasil: the political value in a ritual market". *American Anthropologist* 122/2.
- ARETXAGA, Begoña 2000. "A Ficcional Reality; paramilitary death squads and the construction os state terror in Spain. In: *Dead Squad: the Anthropology os State Terror*, Ed. J.A. Sluka, PP. 46-69. Philadelphia: University of Pensilvannia Press.
- BEZERRA, Marcos 1999. *Em Nome das Bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BURAWOY, M. & VERDERY, K. 1999. *Uncertain Transition: ethnographies of change in the postsocialist World*. New York: Rowan & Littlefield.
- CLASTRES, Pierre. 1974. *La Société Contre l'État*. Paris: Minuit.
- COMERFORD, John 2003. *Como uma Família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit.
- FOUCAULT, Michel 2004. *Sécurité, Territoire, Population*. Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris: Gallimard/Seuil.
- HEGEL, G.W.F. 1975. *La Société Civile Bourgeoise*. Paris: Françoise Maspero.
- FABIAN, Johannes 1983. *Time and the Other. How Anthropology Makes its Objects*. New York: Columbia University Press.
- GAY, Robert 2001. "The Broker and the Thief: a parable (reflections on popular politics in Brazil)". *Luso-Brazilian Review* 36/1.
- GEERTZ, Clifford 1963. The Integrative Revolution: primordial sentiments and civil politics in the new states. In *Old Societies and New States: the quest for modernity in Ásia and África*, ed. Clifford Geertz, PP. 105-157. New York: Free Press.
- GERSHIÈRE, Peter 1995. *The Modernity od Wichtcraft. Politics and the occult in postcolonial África*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- GOLDMAN, Marcio 2006. *Como Funciona a Democracia. Uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- GREENFIELD, Sidney 2006. "Pilgrimage and Patronage in Brazil: a paradigm for social relations and religious diversity". *Luso-Brazilian Review* 43/2.
- JANKOWSKI, M. S. 1991. *Islands in the Streets. Gangs and American urban society*. Berkeley: University of Califórnia Press.
- LEMIEUX, Vincent 1970. Le Patronage Politique dans l'île d'Orléans". *L'Homme*, v. 10, n. 2.
- MARQUES, Ana Claudia 2002. *Intrigas e Questões. Tramas Sociais e Brigas de Família no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MARQUES, A. ; CHAVES, C. COMERFORD, J. 2007. Traições, Intrigas, Fofocas Vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In *Conflitos, Política e Relações Pessoais*. A. C. Marques ed. Campinas: Pontes.

- MICHELUTTI, Lucia 2007. The Vernacularization of Democracy: political participation and popular politics in North Índia. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (n.s.), 13.
- PALEY, Julia 2002. "Towards an Anthropology of Democracy". *Annual Review of Anthropology*.
- PALMEIRA, Moacir 1992. Voto: racionalidade ou significado?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, ano 7.
- _____ 1996. Política, Facções e Voto. In *Antropologia, Voto e Representação Política*. Ed. M. Palmeira & M. Goldman, PP. 41-56. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- _____ 1996^a. Política Ambígua. In *O Mal à Brasileira*. PP. 159-184. Ed P. BIRMAN; R. NOVAES, S. CRESPO. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. 1992. "Apresentação". In *Antropologia, Voto e Representação Política*. Ed. M. Palmeira & M. Goldman, PP. 1-14. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- _____ 1992^a. "Voto: racionalidade ou significado?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20/7.
- PALMEIRA, M. & HEREDIA, B. 1993. Le Temps de la Politique. *Études Rurales*, 131-132, jul-dec.
- PIATTONI, Simona 2001. *Clientelism, Interests, and Democratic Representation. The European experience in historical and comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RIBEIRO, Florbela 2010. Florbela Almeida Ribeiro. *Políticas Tenetehara e Tenetehara na política; um estudo sobre estratégias de uma campanha eleitoral direcionada a uma população indígena*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo
- RONIGER, Luis 2004. "Political Clientelism, Democracy, and Market Economy". *Comparative Politics* 36/3.
- SCHIRMER, Jennifer 1998. *The Guatemalan Military Project: a violence called democracy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SCOTT, James 1985. *Weapons of the Weak. Everyday forms of peasant resistance*. New Heaven: Yale University Press.
- STENGERS, Isabelle 2002. A Invenção das Ciências Modernas. Rio de Janeiro: 34
- TAYLOR, Julie 1993. The Outlaw State and the Lone Rangers. In *Perilous State: conversations on culture, politics and nation*, ed. G. Marcus, PP. 283-303. Chicago: Chicago University Press.
- WEST, H. G. & KLOECK-JENSON, S. 1999. Betwixt and Between: traditional authority and democratic decentralization in post-war mozambique. *African Affairs* 98:455-484.
- VEYNE, Paul *Le Pain et Le Cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: du Seuil.
- _____ 1984. Os Gregos Conheceram a Democracia?. *Diógenes*, 6.
- VILLELA, Jorge 2005. O Dinheiro e suas Diversas Faces nas Eleições Municipais no Sertão de Pernambuco. *Mana*. 11.1
- _____ 2006. Municipal Elections: favor, vote and credit in the Pernambucan Sertão of Brazil. *The Latin Americanist*. 49, 2.
- _____ 2008. *Política e Eleições no Sertão de Pernambuco. O povo em armas*. Campinas: Pontes.



_____ 2009. Família como Grupo? Política como Agrupamento? O Sertão de Pernambuco no mundo sem solidez. *Revista de Antropologia* vol. 52, n. 1.

Recebido em: 21/11/2011

Aceito para publicação em: 11/01/2012